



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026. PROCESSO Nº 007/2026

Preâmbulo

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA - MG**, por intermédio do Setor de Compras e Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações Licitanet** (www.licitanet.com.br) a qual, conforme especificado no **ANEXO I** deste edital.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Sº. José Messias Soares, Pregoeiro Oficial, designado pela **Portaria nº 001/2026**, e pela Equipe de Apoio, integrada pela Sª Maria Alice dos Santos e Andréia Batista da Silva, designados através da **Portaria nº 001/2026**, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Leis nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 01/2024 e Decreto Municipal nº 02/2024** e, subsidiariamente pelo **Decreto Federal nº 10.024/2019**, Decreto Municipal nº 09 de 2025, com Cota e Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, e no que couber e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente edital.

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Douradoquara, através do endereço eletrônico <https://www.douradoquara.mg.gov.br/>, na Plataforma de Licitações Licitanet, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Douradoquara, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal e, <https://www.douradoquara.mg.gov.br/>.

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos avisos publicados.

• LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 27/02/2026 às 08h:00min (Oito horas)

• ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 27/02/2026 às 08h:00min (Oito Horas).

Site para realização do pregão: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos da frota municipal de Douradoquara/Mg, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação dos mesmos que forem de seu interesse.

1.3. Licitação Regionalizada nos termos do Decreto Municipal nº 09 de 2025, com Cota e Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Podem participar deste Pregão Eletrônico, realizado via internet, os interessados pessoas jurídicas cujo escopo de atividade seja pertinente ao objeto da licitação, que cumpram todas as exigências contidas neste Edital e na legislação pertinente, incluindo a documentação necessária, e que estejam devidamente credenciados no site <https://licitanet.com.br/>.

2.1 Os licitantes são os únicos responsáveis por todas as transações efetuadas em seu nome. Eles devem assumir a integral veracidade de suas propostas e lances, incluindo os atos praticados por eles próprios ou por seus representantes. Ressalta-se que o provedor do sistema ou o órgão/entidade promotora da licitação não assumem responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, mesmo que por terceiros.

2.2 É de responsabilidade do cadastrado verificar a precisão de seus dados cadastrais no sistema mencionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos competentes. Caso identifiquem incorreções ou desatualizações, devem realizar imediatamente a correção ou atualização dos registros, uma vez que a não observância desse requisito pode ensejar a desclassificação no momento da habilitação.

2.3 Salienta-se que serão aplicadas disposições favoráveis às empresas microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas (conforme mencionado no artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021), e microempreendedores individuais (MEI), nos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123 de 2006 (se for o caso).

2.4 A participação nesta licitação implica na aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital e a observância de regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive em relação a recursos. O não cumprimento destas condições resultará no impedimento sumário do licitante neste certame.

2.5 Não serão aceitas alegações de desconhecimento dos itens do Edital ou reclamações quanto ao seu conteúdo por parte dos licitantes após a abertura do certame. As licitantes devem ler atentamente o Edital e seus anexos antes de elaborar suas propostas e garantir que estas estejam em conformidade com as especificações bem como o Termo De Referência.

2.6 Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deve declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre integralmente os requisitos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como com a descrição técnica constante do Termo De Referência.

2.7 Mesmo sem declaração expressa, a apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições estipuladas no Edital, seus Anexos e no Termo de Referência, sem prejuízo da estrita observância das normas previstas na legislação mencionada no preâmbulo do Edital.

2.8 Declarar falsamente o cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeita a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.9 Não podem participar do Pregão Eletrônico empresas que se enquadrem nas seguintes situações:

a) Consórcio de empresas, independentemente de sua forma de constituição;

“Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, “salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio (...)”. No presente caso, a vedação quanto à participação de consórcio de empresas não limitará a competitividade. Ademais, trata-se de ato discricionário da Administração, considerando que “admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto”. (Marçal Justen Filho, (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410). Não obstante, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto licitado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não traduz o caso em apreço. Além disso, a admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois possibilita a união de concorrentes com potencial para bem disputar entre si, comprometendo, assim, a seleção da proposta mais vantajosa pela Administração. Nesse sentido, justifica-se a não participação de consórcio no presente certame”.

b) Empresas em processo de recuperação judicial, falência ou sob concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação. Exceção: A participação de empresas em recuperação judicial é possível, desde que seja amparada por certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste a capacidade econômica e financeira do interessado para participar de procedimentos licitatórios nos termos da Lei nº 14.133/2021 (TCU, Acórdão 8.271/2011-2ª Cam., DOU de 04/10/2011).

c) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) Empresas temporariamente suspensas do direito de licitar e contratar com este Município;

e) Empresas enquadradas nas vedações do artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

f) Qualquer empresa que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que participe da licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau;

g) Agentes públicos do órgão ou entidade contratante não podem, direta ou indiretamente, participar da licitação ou da execução do contrato, com respeito a situações que configurem conflito de interesses, conforme o § 1º do artigo 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

h) Pessoa jurídica que seja autora do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, quando a licitação se relacionar a serviços ou fornecimento de bens vinculados a esses projetos;

1) Não é permitida a participação de pessoas jurídicas que integrem listas de sancionados por agências oficiais de cooperação estrangeira ou organismos financeiros internacionais com recursos de financiamento ou contrapartida nacional, ou que tenham sido declaradas inidôneas de acordo com a Lei nº 14.133/2021 em licitações e contratações relacionadas a projetos e programas parcialmente financiados por essas entidades.

J) A proibição também se estende a terceiros que auxiliem na condução da contratação como membros da equipe de apoio, profissionais especializados ou funcionários de empresas que prestam assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente, os documentos de habilitação exigidos no edital, e a proposta de preços com a descrição do objeto ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

3.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2. Item, que deverá ser compatível com o Anexo I - Termo de Referência.

4.3. Preço unitário e total do item, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, expressos em moeda corrente nacional, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

4.4. Indicação de marca ou procedência que identifiquem o produto cotado, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

4.5. Prazo de entrega: o prazo de entrega dos serviços será de até 24 (Vinte e quatro) horas, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento acompanhada da Nota de Empenho;

4.6. O Prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data da sessão de processamento do Pregão Eletrônico.

4.7. Declaração impressa na proposta de que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I;

4.8. Declaração impressa na proposta de que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

4.9. Não serão admitidas cotações inferiores à quantidade previstas neste Edital nem com preterição de município.

4.10. A proposta de preços, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços - Anexo IV deste edital, além dos preços, marca ou procedência e descrição detalhada, deverá ainda conter:

- a) Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do Pregão.
- b) Meios de comunicação disponíveis para contato, por exemplo, telefone e endereço eletrônico.
- c) Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato/ata, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (Anexo I).

5.1.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o Licitante.

5.1.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.1.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sendo contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.1.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.1.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os Licitantes.

5.1.8. Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.1.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item.

5.1.10. Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.1.11. O Licitante somente poderá oferecer lance de menor valor ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 1,00 (Hum real).

5.1.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será livre para o item.

5.1.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

5.1.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, em que os Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

prorrogações.

5.1.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.1.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.1.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a fase competitiva encerrar-se-á automaticamente.

5.1.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.1.19. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

5.1.20. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º (primeiro) lugar.

5.1.21. O lance final não deverá estar com valor superior ao valor estimado pelo município (referente ao valor unitário do item conforme Anexo IV do edital) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.

5.2. Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do Licitante.

5.2.1. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.2.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.2.3. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item conforme definido neste edital e seus anexos.

5.2.4. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.2.5. A ordem de apresentação pelos Licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

5.2.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei Federal nº 14.133/21, nessa ordem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5.2.7. aplicação da regra do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/2006, se houver microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de até 5% [cinco por cento] acima da proposta melhor classificada, caso em que terá a referida empresa a oportunidade de cobrir a oferta de primeiro lugar, observado o rito previsto no item 10.1, deste Edital.

5.2.8. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.2.9. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei de Licitações;

5.2.10. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o regulamento definido no Decreto Federal nº 11.430/2023;

5.2.11. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.3. Persistindo o empate, serão assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.3.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

5.3.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.3.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

5.4. Será desclassificada a proposta que:

5.4.1. contiver vícios insanáveis;

5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

5.4.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

5.4.3.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do *caput* do artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5.5.1. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

5.5.2. O pregoeiro poderá solicitar ao Licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

5.6. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.7. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

5.8.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.8.2. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.8.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.8.4. Após a negociação pelo pregoeiro, terá o seu resultado divulgado a todos os licitantes.

5.8.5. A licitante classificada em primeiro lugar será notificada pelo pregoeiro a apresentar, o prazo de até 2 [duas] horas os documentos relativos à habilitação, que deverão ser anexados na plataforma ou, em todo caso, encaminhados pelo *e-mail*: licitacaodouradoquara@gmail.com em configuração PDF, cuja relação encontra-se no item 11, deste Edital.

5.8.6. O prazo para envio dos documentos poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, mediante justificativa da licitante.

5.9. Apresentados os documentos de habilitação, não será permitida substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

5.9.2. atualização de documento cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.9.3. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.10.1. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

5.10.2. Na sequência, observar-se-á para a nova licitante o disposto nos itens 8.4 a 8.6, deste Edital.

5.10.3. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Após a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação, conforme estabelecido no Edital e seus anexos, com atenção às disposições do Decreto Municipal n.º 001 de 2024.

6.1.01. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

6.1.02. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar um preço final superior ao preço máximo estabelecido ou que apresentar um preço manifestamente inexequível.

6.2. Entende-se como inexequível a proposta que contenha preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, que sejam incompatíveis com os preços de mercado dos insumos e salários, acrescidos dos devidos encargos. Isso se aplica mesmo quando o edital da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, a menos que se refira a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

a parte ou a totalidade da remuneração.

6.3. Qualquer interessado pode solicitar a realização de diligências para avaliar a exequibilidade e a legalidade das propostas, desde que apresentem provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

6.4. Caso seja necessário suspender a sessão pública para a realização de diligências a fim de sanar as propostas, a sessão pública só pode ser reiniciada após um aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência é registrada em ata.

6.5. O Pregoeiro pode convocar o licitante para enviar documentos digitais adicionais, por meio de uma funcionalidade disponível no sistema, dentro do prazo de 2 horas. A não apresentação desses documentos dentro desse prazo pode levar à não aceitação da proposta.

6.6. O prazo estabelecido pode ser prorrogado pelo Pregoeiro, mediante solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, desde que seja feita antes do fim do prazo e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.7. Entre os documentos que o Pregoeiro pode solicitar, estão aqueles que contenham as características do material ofertado, como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações relevantes, como catálogos, folhetos ou propostas, enviados por meios eletrônicos ou, se necessário, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro. Isso deve ser feito sem prejuízo do envio posterior pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8. Se a proposta ou o lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9. Caso seja necessário, o Pregoeiro suspenderá a sessão e informará no "chat" a nova data e horário para a continuidade.

6.10. O Pregoeiro pode encaminhar uma contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o objetivo de negociar um preço melhor, desde que respeitando as condições estabelecidas no Edital.

6.11. Nas situações em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar para a seguinte, ele pode negociar com o licitante para obter um preço mais vantajoso.

6.12. Essas negociações são feitas por meio do sistema e podem ser acompanhadas pelos demais licitantes.

6.12.1. Após concluir a avaliação da aceitação das propostas, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante.

7. DA AMOSTRA

7.1. Não se aplica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Conforme descrito no Termo de Referência.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.douradoquara.mg.gov.br e licitação.douradoquara@gmail.com

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial. 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico: licitação.douradoquara@gmail.com

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.douradoquara.mg.gov.br e licitaco.douradoquara@gmail.com

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.11.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada

12.11.4. ANEXO IV – Modelo Proposta de Preços

Douradoquara - MG, 11 de Fevereiro de 2026.

Valtemar Marques Soares
Secretario de Adm. e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Condições gerais da contratação, Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos da frota municipal de Douradoquara/Mg nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Quant	Und	Descrição dos serviços
1.	500	SERV	Lavagem SIMPLES veículo de pequeno Porte
2.	280	SERV	Lavagem COMPLETA veículo de pequeno Porte
3.	380	SERV	Lavagem SIMPLES veículo de médio Porte
4.	200	SERV	Lavagem COMPLETA veículo de médio Porte
5.	150	SERV	Lavagem SIMPLES veículo de Grande Porte
6.	80	SERV	Lavagem COMPLETA veículo de Grande Porte
7.	80	SERV	Lavagem SIMPLES máquinas pesadas
8.	80	SERV	Lavagem COMPLETA máquinas pesadas
9.	80	SERV	Lavagem COMPLETA Implementos Agrícolas
10.	60	SERV	Lavagem SIMPLES Implementos Agrícolas
11.	36	SERV	Lavagem SIMPLES de Moto
12.	36	SERV	Lavagem completa de Moto

1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado caso necessário;

1.3. A Minuta do Instrumento Contratual oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa (Motivação) Da Contratação

2.1.1 A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos pertencentes à frota municipal de Douradoquara justifica-se pela necessidade de garantir a adequada conservação, funcionamento e prolongamento da vida útil dos veículos utilizados pelas diversas secretarias e setores da Administração Pública Municipal.

2.1.2. A frota municipal é composta por veículos leves, utilitários, ambulâncias, máquinas e equipamentos que atuam diariamente na execução de serviços essenciais, como saúde, educação, assistência social, obras, transporte de pacientes e manutenção de estradas rurais. A utilização contínua expõe os veículos a poeira, lama, resíduos orgânicos, agentes contaminantes e demais sujeiras que, quando não removidas de forma adequada, podem



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

ocasionar desgaste prematuro, corrosão de peças, danos à pintura e comprometimento das condições de uso.

2.1.3. Além disso, a higienização periódica é indispensável, especialmente para veículos da área da saúde e transporte de pessoas, contribuindo para a prevenção de riscos sanitários, garantindo melhores condições de salubridade, segurança e conforto aos usuários e servidores.

2.1.4. Ressalta-se que a contratação de empresa especializada assegura a execução do serviço com técnicas, equipamentos e produtos apropriados, promovendo maior eficiência e economicidade, evitando gastos futuros com manutenção corretiva decorrente da falta de limpeza adequada. Tal medida também permite que a Administração concentre seus recursos humanos em atividades finalísticas, sem a necessidade de estrutura própria para execução do serviço.

2.1.5. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária e vantajosa ao interesse público, assegurando a continuidade dos serviços prestados à população, a preservação do patrimônio público e o cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade e boa gestão administrativa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 A solução como um todo contempla pregão eletrônico, visando Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos da frota municipal.

3.2 O objetivo é assegurar a lavagem e higienização da frota de veículos e máquinas da administração municipal, garantindo um serviço de alta qualidade, eficiência operacional, economia de custos e sustentabilidade;

3.3 As especificações técnicas dos itens encontram-se definidas na tabela constante do item 1.1 acima.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 As empresas contratadas deverão realizar os serviços rigorosamente conforme as especificações técnicas descritas no Item 1 deste termo de referência, observando os critérios de qualidade, segurança e eficiência;

4.2 A execução dos serviços deverá ser realizada em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente, com as recomendações técnicas e com as especificações e condições descritas neste termo;

4.3 Os serviços deverão ser executados exclusivamente por profissionais especializados, com a utilização de ferramentas e equipamentos adequados e de acordo com todas as recomendações técnicas, de modo a garantir a conservação e perfeito funcionamento dos veículos;

4.4 Todos os serviços de deverão ser iniciados somente após requisição formal e autorização prévia da Prefeitura, por meio da emissão de uma Ordem de Serviço (OS), que detalhará o escopo dos serviços a serem realizados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- 4.5 Recebida à requisição, a contratada fará uma avaliação prévia do veículo estimando a quantidade de horas necessárias para a realização do serviço;
- 4.6 O orçamento completo de responsabilidade da contratada deverá ser apresentado para aprovação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da requisição;
- 4.7 Depois de autorizado o serviço pela Prefeitura através da expedição da OS (Ordem de Serviço), a contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 4.8 A contratada deverá executar os serviços com a maior brevidade possível, compatível com a complexidade do trabalho, sem comprometer a qualidade, de modo a minimizar quaisquer impactos nas atividades dos setores da Prefeitura Municipal de Douradoquara/MG;
- 4.9 Os serviços deverão ser executados em local próprio da contratada com o ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para realização da lavagem e higienização, com acompanhamento da efetivação dos serviços por um servidor designado pela administração municipal;
- 4.10 A contratada deverá arcar com todos os custos e logística relacionados à execução dos serviços;
- 4.11 A contratada deverá possuir local apropriado para guarda e conservação dos veículos, devendo ser em área fechada e coberta, com total segurança e, ainda, abrigados do sol e da chuva em tempo integral, enquanto estiverem sob a responsabilidade da contratada;
- 4.12 A execução dos serviços objeto deste certame deverá ser realizada diretamente pela empresa contratada sem quaisquer despesas adicionais para a Prefeitura Municipal de Douradoquara, não podendo ser cedidos ou subcontratados;
- 4.13 Não será admitida a terceirização total ou parcial dos serviços sem a autorização prévia e expressa da Prefeitura Municipal de Douradoquara, salvo nos casos em que a legislação permitir e desde que justificado;
- 4.14 Todos os serviços serão fiscalizados, auditados e conferidos a qualquer tempo, ou seja: antes, durante e após a conclusão dos serviços e até após a entrega da Nota Fiscal, podendo ser também a qualquer tempo rejeitado total ou parcialmente se identificado e comprovado a prática de desídia quanto à elaboração do orçamento ou execução do(s) serviço(s);
- 4.15 A contratada deverá fornecer relatórios periódicos sobre o andamento dos serviços, incluindo registros fotográficos antes e depois da execução, para monitoramento e acompanhamento por parte da fiscalização da Prefeitura;
- 4.16 Todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços, incluindo materiais descartados, deverão ser devidamente coletados e descartados em locais apropriados, licenciados e em conformidade com a legislação ambiental vigente, sob responsabilidade exclusiva da contratada;
- 4.17 Implementar práticas sustentáveis de reciclagem e reutilização de materiais em suas operações, minimizando o impacto ambiental dos serviços prestados.
- 4.18 O prazo de vigência do Contrato a ser firmado com a empresa vencedora será de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado caso necessário.
- 4.19 Os objetos da demanda se configuram como um serviço comum e de natureza continuada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO / MODALIDADE DE LICITAÇÃO / SISTEMA DE LICITAÇÃO

5.1 O critério de julgamento adotado para escolher a proposta vencedora será por Menor Preço Por Item, através da modalidade de Pregão Eletrônico.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.1.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizados por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.1.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providencias que devem ser cumpridas de imediato;

6.1.4 A execução do Contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada pelo fiscal designado para tal, ou pelo respectivo substituto;

6.1.5. O fiscal acompanhará a execução do contrato de registro de preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.1.6 O fiscal anotará no histórico de gerenciamento de contrato todas as concorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.1.7 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.1.8 O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.1.9 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

6.1.10 O fiscal irá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o termino do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

6.1.11 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- 6.1.12 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.1.13 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequação do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, e será de sua responsabilidade:
- 6.1.14 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento;
- 6.1.15 Analisar a documentação que anteceda o pagamento;
- 6.1.16 Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 6.1.17 Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 6.1.18 Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 6.1.19 Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objetivo contratado;
- 6.1.20 Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 6.1.21 Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização do contrato;
- 6.1.22 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do mesmo e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 6.1.23 Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” no inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução contratual;
- 6.1.24 Coordenar a atualização contínua do relatório de risco durante a gestão do contrato, com apoio do fiscal;
- 6.1.25 Realizar o recebimento definitivo do objeto contratado;
- 6.1.26 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7 DO PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado mensalmente exclusivamente através de transferência eletrônica para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, após o



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

recebimento definitivo do objeto;

7.2 A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome de: Prefeitura Municipal de Douradoquara CNPJ nº 18.158.261/0001-08 sito Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 Centro CEP: 38.530-000

7.3 Após a emissão da Nota Fiscal eletrônica a empresa deverá passar cópia da mesma na data de emissão no seguinte endereço eletrônico: licitacaodouradoquara@gmail.com;

7.4 A fatura deverá ser apresentada devidamente identificada o número da licitação e do contrato;

7.5 A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas devidamente validas para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor,

7.6 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal).

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.6 Habilitação jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a carga da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.7 Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- c) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da receita Federal do Ministério da Fazenda;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- g) Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

8.1.8 Documentação Econômica Financeira

- a) Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste pregão.
- b) **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios** sociais, comprovando:
 - 1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
 - 3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - 4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

c) **DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

Um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

8.1.9 Apresentar Declaração Unificada conforme modelo disposto no Edital.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados, provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.4 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

9.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.6 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência da CONTRATADA, de seus empregados, prestadores ou subordinados.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

10.9 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 268.151,74 (Duzentos e sessenta e oito mil cento e cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos), conforme tabela a seguir:

11.2 Tabela com valor estimado:

Item	Quant	Und	Descrição dos serviços	Valor Unit. Estimado (R\$)	Valor total Estimado (R\$)
1.	500	SV	Lavagem SIMPLES veículo de pequeno Porte	69,61	34.805,00
2.	280	SV	Lavagem COMPLETA veículo de pequeno Porte	111,11	31.110,80
3.	380	SV	Lavagem SIMPLES veículo de médio Porte	90,54	34.405,20
4.	200	SV	Lavagem COMPLETA veículo de médio Porte	135,57	27.114,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5.	150	SV	Lavagem SIMPLES veículo de Grande Porte	271,33	40.699,50
6.	80	SV	Lavagem COMPLETA veículo de Grande Porte	283,52	22.681,60
7.	80	SV	Lavagem SIMPLES máquinas pesadas	208,97	16.717,60
8.	80	SV	Lavagem COMPLETA máquinas pesadas	334,89	26.791,20
9.	80	SV	Lavagem COMPLETA Implementos Agrícolas	270,41	21.632,80
10.	60	SV	Lavagem SIMPLES Implementos Agrícolas	158,33	9.499,80
11.	36	SV	Lavagem SIMPLES de Moto	34,31	1.235,16
12.	36	SV	Lavagem completa de Moto	40,53	1.459,08

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos seguintes recursos:

. Ficha 57 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Departamento de Finanças – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica,

. Ficha 103 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Secretaria de Educação – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica,

. Ficha 201 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Assist. Hosp. e Ambulatorial – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 215 Fonte 1500 – Manut. Do Transporte da Saúde – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 154 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Da Secretaria de Saúde – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 275 Fonte 1500 – Promoção da Agricultura e Pecuária – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 285 Fonte 1500 – Manut. Dos Serviços e Obras e Públicas – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 301 Fonte 1500 – Manut. e Recuperação de Vias Urbanas – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 309 Fonte 1500 – Manut. Da limpeza pública – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 345 Fonte 1500 – Manut. e Recuperação de Vias Rurais – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 349 Fonte 1500 – Manut. De M – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 399 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Secretaria assist. Social – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

Douradoquara, 11 de Fevereiro de 2026.

Valtemar Marques Soares
Secretario de Adm. e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato Administrativo nº/.....

Processo Licitatório nº /2026 Pregão Eletrônico nº...../2026

Município De Douradoquara – MG, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Antônio Davi Ramos, nº. 340, centro, na cidade de Douradoquara/MG, inscrito no CNPJ/MF nº. 18.158.261/0001-08, neste ato representado por seu titular legal, o Prefeito Municipal, Sr. Flávio Resende De Sousa, brasileiro, divorciado, agente político, inscrito no CPF/MF nº. _____, residente e domiciliado na cidade de Douradoquara – MG, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____ doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos da frota municipal de Douradoquara/Mg, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Quant	Und	Descrição dos serviços
1.	500	SERV	Lavagem SIMPLES veículo de pequeno Porte
2.	280	SERV	Lavagem COMPLETA veículo de pequeno Porte
3.	380	SERV	Lavagem SIMPLES veículo de médio Porte
4.	200	SERV	Lavagem COMPLETA veículo de médio Porte
5.	150	SERV	Lavagem SIMPLES veículo de Grande Porte
6.	80	SERV	Lavagem COMPLETA veículo de Grande Porte
7.	80	SERV	Lavagem SIMPLES máquinas pesadas
8.	80	SERV	Lavagem COMPLETA máquinas pesadas
9.	80	SERV	Lavagem COMPLETA Implementos Agrícolas
10.	60	SERV	Lavagem SIMPLES Implementos Agrícolas
11.	36	SERV	Lavagem SIMPLES de Moto
12.	36	SERV	Lavagem completa de Moto



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência; O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado; Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados da publicação do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

6.1. GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.1.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizados por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.1.6 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providencias que devem ser cumpridas de imediato;

6.1.7 A execução do Contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada pelo fiscal designado para tal, ou pelo respectivo substituto;

6.1.6. O fiscal acompanhará a execução do contrato de registro de preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

12.1.6 O fiscal anotarà no histórico de gerenciamento de contrato todas as concorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.1.7 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

12.1.8 O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

12.1.9 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- 12.1.10 O fiscal irá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o termino do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- 12.1.11 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 12.1.12 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providencias cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 12.1.13 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequação do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, e será de sua responsabilidade:
- 12.1.14 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento;
- 12.1.15 Analisar a documentação que anteceda o pagamento;
- 12.1.16 Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 12.1.17 Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 12.1.18 Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 12.1.19 Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objetivo contratado;
- 12.1.20 Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 12.1.21 Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização do contrato;
- 12.1.22 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do mesmo e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 12.1.23 Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” no inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução contratual;
- 12.1.24 Coordenar a atualização continua do relatório de risco durante a gestão do contrato, com apoio do fiscal;
- 12.1.25 Realizar o recebimento definitivo do objeto contratado;

Tomar providencias para a formalização de processo administrativo de



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (...).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado exclusivamente através de transferência eletrônica para a conta bancária da Contratada indicada pela mesma, o pagamento será mensalmente, contados da apresentação da Nota Fiscal.

6.2. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome de:

Prefeitura Municipal de Douradoquara CNPJ nº 18.158.261/0001-08 Av. Antônio Davi Ramos nº 340 Centro Cep 38.530-000.

6.3 Após emissão da Nota Fiscal eletrônica a empresa deverá passar cópia da mesma na data de emissão no seguinte endereço eletrônico - licitacaodouradoquara@gmail.com.

6.4. A fatura deverá ser apresentada devidamente identificada o número da licitação e do contrato.

6.5. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal).

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do instrumento contratual.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC Acumulado exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos, provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

8.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência da CONTRATADA, de seus empregados, prestadores ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumir (Lei nº 8.078, de 1990).

9.4. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essas responsabilidades a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- d) ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iv) Multa: (1) moratória de% (. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias; (2) compensatória de % (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.9.3. Indenizações e multas.

11.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

. Ficha 57 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Departamento de Finanças – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica,

. Ficha 103 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Secretaria de Educação – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica,

. Ficha 201 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Assist. Hosp. e Ambulatorial – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 215 Fonte 1500 – Manut. Do Transporte da Saúde – Outros Serv. De Terc. Pessoa



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

Jurídica

. Ficha 154 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Da Secretaria de Saúde – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 275 Fonte 1500 – Promoção da Agricultura e Pecuária – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 285 Fonte 1500 – Manut. Dos Serviços e Obras e Públicas – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 301 Fonte 1500 – Manut. e Recuperação de Vias Urbanas – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 309 Fonte 1500 – Manut. Da limpeza pública – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 345 Fonte 1500 – Manut. e Recuperação de Vias Rurais – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 349 Fonte 1500 – Manut. De M – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

. Ficha 399 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Secretaria assist. Social – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Carmelo-MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Douradoquara – MG, aos de de 2026.

Flávio Resende de Souza
Prefeito Municipal

.....
Contratado



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

O pregoeiro e equipe de apoio Prefeitura Municipal de Douradoquara – MG, PREGÃO ELETRÔNICO Nº **/2026 Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato.

4) Declaramos para os devidos fins que nenhum sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: Telefone:

7) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8) Nomeamos e constituímos o senhor (a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º **/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

.....de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

ANEXO – IV MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes em (papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF, (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2026 de acordo com especificações constantes no edital e anexos, conforme segue:

Item	Quant.	Un	Especificação	Valor Unit	Valor Total

Informar valores unitários e totais/ percentual de desconto ofertado; Informar especificação do produto/serviço; Informar que a proponente obriga-se a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame. Informar que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO. Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)